

RELATÓRIO EXECUTIVO SANEAMENTO

Para ler os artigos de seu interesse basta clicar sobre os títulos do índice

Negócios

Iguá apresenta lucro de R\$ 30,2 milhões

A operadora privada Iguá Saneamento publicou no último dia 12/03/2018 os resultados do ano de 2017, com um lucro de R\$ 30,2 milhões. A companhia, que passou por reestruturação acionária e troca no controle no ano de 2017, reverteu um prejuízo de R\$ 83,8 milhões relativo ao ano de 2016.

A receita de saneamento e serviços da companhia apresentou um crescimento de 14,7%, de R\$ 342 em 2016 milhões para R\$ 393 milhões no ano passado. Com isso, a geração de caixa, medida pelo Ebitda, passou de R\$ 175 milhões para R\$ 212 milhões, um crescimento de 18,4%, enquanto a margem ebitda subiu de 34,5% para 39%. **(Pág. 2).**

Sabesp inaugura interligação Jaguari/Atibainha (Pág. 3).

Indicadores de saneamento

Consumo médio de água apresenta queda Em relação à média histórica

No ano de 2016, o consumo médio de água no Brasil foi de 160,8 litros por habitante por dia. Esse consumo representou uma queda de 4,1% em relação à média entre os anos de 2013 e 2015, de acordo com o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto publicado pelo Ministério das Cidades. A redução ocorreu em todas as regiões. **(Pág. 5).**

Um quarto da água distribuída não é medida nas estações de tratamento

No Brasil, 76,6% da água distribuída por prestadores passa por medição, ou seja, praticamente um quarto do volume disponibilizado sequer é medido, dificultando a gestão dos serviços e prejudicando o controle das perdas de água. **(Pág. 6).**

Divergência no nível de investimentos Prolonga desigualdade regional

O Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto apontou a participação de cada região, tanto no déficit total de acesso aos serviços de água e esgoto quanto no investimento total realizado.

O diagnóstico demonstrou que as regiões com melhores índices de cobertura dos serviços, Sudeste e Centro-Oeste, foram as únicas cuja participação nos investimentos foi superior à participação no déficit de acesso, ou seja, investiram proporcionalmente mais do que a média. **(Pág. 7).**

Sobe arrecadação das empresas de saneamento

A arrecadação total das companhias de saneamento no Brasil foi de R\$ 51 bilhões, um aumento de 16,1% em relação a 2015.

As despesas de exploração no ano foram de R\$ 37,2 bilhões, um aumento de 13,1% em relação ao ano de 2015. Com o aumento da arrecadação superior ao aumento nas despesas, o Índice de Suficiência de Caixa, que compara arrecadação e despesas, melhorou em 2,8 pontos percentuais, atingindo 110,0%. **(Pág. 8).**

Entrevista Especial

Empresas de limpeza urbana querem taxa de lixo e agência reguladora para dar estabilidade ao setor (Pág. 10).

Regulação

Mecanismo de revisão de mercado é retirado da revisão da Sabesp (Pág. 12).

Agenda Bianual da Água (Pág. 13)

Links de interesse (Pág. 14)

Parcerias e Concessões (Pág. 15)

IGUÁ APRESENTA LUCRO DE R\$ 30,2 MILHÕES

- A operadora privada Iguá Saneamento publicou no último dia 12/03/2018 os resultados do ano de 2017, com um lucro de R\$ 30,2 milhões. A companhia, que passou por reestruturação acionária e troca no controle no ano de 2017, reverteu um prejuízo de R\$ 83,8 milhões relativo ao ano de 2016.
- A receita de saneamento e serviços da companhia apresentou um crescimento de 14,7%, de R\$ 342 em 2016 milhões para R\$ 393 milhões no ano passado. No mesmo período, os custos de saneamento e serviços sofreram uma redução de 24,3%, de R\$ 220 milhões para R\$ 167 milhões. Com isso, a geração de caixa, medida pelo Ebitda, passou de R\$ 175 milhões para R\$ 212 milhões, um crescimento de 18,4%, enquanto a margem ebitda subiu de 34,5% para 39%.

Quadro 1 – Iguá: destaques financeiros

	2017	2016	Var.
Receita de saneamento e serviços	393	343	14,7%
Despesa de saneamento e serviços	167	220	-24,3%
Ebitda	212	175	20,9%
Margem Ebitda	39,0%	34,5%	4,5 p.p.
Resultado financeiro	-118	-150	-21,7%
Lucro líquido	30,2	-83,8	-

- A melhora operacional da companhia se deu através de um aumento de 3,3% nas economias ativas de água e 0,9% nas economias ativas de esgoto. Paralelamente, a inadimplência da companhia foi reduzida de 14,8% para 14,0% e o volume de água não faturada foi reduzido de 48,1% para 46,4%.
- A reestruturação financeira da antiga CAB Ambiental que resultou na criação da Iguá Saneamento, permitiu o destravamento dos investimentos da companhia, que aumentaram 22% em 2017, de R\$ 86,6 milhões para R\$ 105 milhões. Ao mesmo tempo, a dívida da empresa foi reestruturada e, juntamente com a melhora do Ebitda, fez com que a relação dívida/Ebitda da Iguá fosse reduzida, de 6,9 vezes para 4,6 vezes, com 96% da dívida no longo prazo.

Quadro 2 – Iguá: Endividamento

R\$'000	2017	2016	Δ%
Dívida bruta	(1.112.658)	(1.281.208)	-13,2%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	133.731	74.376	79,8%
Dívida líquida	(978.927)	(1.206.832)	-18,9%
EBITDA ajustado	212.074	175.412	20,9%
Dívida líquida / EBITDA ajustado	4,6x	6,9x	

SABESP INAUGURA INTERLIGAÇÃO JAGUARI/ATIBAINHA

- No último dia 03/03/2018, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) inaugurou a interligação entre as represas de Jaguari e Atibainha, na Região Metropolitana de São Paulo.
- A obra é parte das medidas tomadas objetivando aumentar a segurança hídrica da região após a crise de 2014/15, e tem uma capacidade de bombeamento de 5,1 m³/s entre os sistemas, permitindo atender a demanda em caso de menor disponibilidade hídrica em uma das regiões.

BNDES ALTERA CONDIÇÕES PARA SANEAMENTO

- No último dia 06/03/2018, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou alterações em suas políticas operacionais, que afetam o financiamento de investimentos em saneamento básico.
- A taxa de remuneração do BNDES para o setor de saneamento, definido como um dos setores prioritários para o banco, cairá de 1,7% ao ano para 0,9%. O prazo de carência e amortização dos empréstimos para investimentos no setor foi alongado para 20 anos, enquanto o prazo para capital de giro foi mantido em cinco anos.
- Outra mudança nas políticas do banco é a utilização do investimento total dos projetos como referência para o cálculo da participação máxima do banco, não mais apenas os itens financiáveis. Para o setor de saneamento a participação máxima do BNDES foi mantida em 80%.

EMPRÉSTIMOS DA CAIXA PASSARÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA

- A Caixa Econômica Federal, atualmente responsável pela maior parte do financiamento do setor de saneamento básico brasileiro, anunciou uma mudança em sua política de concessão de crédito para a carteira do FGTS, que inclui o programa Saneamento para Todos.
- A mudança de política ocorrerá como resultado de investigação de favorecimento na concessão de empréstimos, e tem como objetivo aumentar a transparência do processo de escolha dos projetos financiados, bem como a qualidade dos projetos que devem receber verbas dos fundos dos trabalhadores.
- O desembolso do FGTS para o setor de saneamento foi reduzido nos últimos anos. Em 2016, apenas 6,5% do orçamento para o setor foi desembolsado.

Quadro 3 – FGTS: orçamento e desembolso

Ano	Orçamento	Contratado	Contratação (% do orçamento)
2010	4.600.000	435.419	9,47%
2011	4.800.000	1.049.341	22%
2012	5.000.000	546.170	10,92%
2013	5.200.000	4.549.903	87%
2014	7.552.700	6.731.361	89,13%
2015	5.068.239	2.520.273	50%
2016	3.500.000	226.600	6,5%
2017	6.000.000	n/a	n/a
2018	6.000.000	n/a	n/a
2019 - 21	6.000.000	n/a	n/a

Fonte: FGTS

CONSELHO DA SANEPAR APROVA RENOVÇÃO COM CURITIBA

- O Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) aprovou no último dia 12/03/2018 a proposta encaminhada pelo município de Curitiba para a renovação do Contrato de Programa entre as partes.
- A prefeitura de Curitiba realizará audiência pública para debater a renovação do contrato no próximo dia 21/03/2018.

CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA APRESENTA QUEDA EM RELAÇÃO À MÉDIA HISTÓRICA

- No ano de 2016, o consumo médio de água no Brasil foi de 160,8 litros por habitante por dia. Esse consumo representou uma queda de 4,1% em relação à média entre os anos de 2013 e 2015, de acordo com o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto publicado pelo Ministério das Cidades. A redução ocorreu em todas as regiões.
- Dentre os Estados brasileiros, apenas quatro apresentaram crescimento no consumo: Amapá (8,4%), Amazonas (2,4%), Minas Gerais (0,7%) e Mato Grosso (2,4%). Esta redução na demanda por água se deu devido à mudança em padrões de consumo causados por períodos de estiagem enfrentados por diversas regiões do Brasil nos últimos anos.

Quadro 4 – Consumo médio de água

UF	Consumo 2016 (l/hab*dia)	Média 2013-15 (l/hab*dia)	Variação
Amapá	164,6	178,5	8,40%
Amazonas	166,5	170,4	2,40%
Pará	146,8	143,3	-2,40%
Rondônia	183,6	166,3	-9,40%
Roraima	152,6	152,4	-0,10%
Tocantins	132,6	140,2	5,70%
Norte	154,8	154,5	-0,20%
Alagoas	99,7	96,7	-3,00%
Bahia	113,7	111,3	-2,10%
Ceará	129,5	125,0	-3,50%
Maranhão	165,6	136,5	-17,60%
Paraíba	124,9	113,6	-9,10%
Pernambuco	104,0	92,3	-11,20%
Piauí	138,0	125,7	-8,90%
Rio Grande do Norte	114,9	113,8	-1,00%
Sergipe	121,0	116,6	-3,70%
Nordeste	120,3	112,5	-6,50%
Espírito Santo	189,2	165,1	-12,70%
Minas Gerais	154,1	155,2	0,70%
Rio de Janeiro	252,8	248,3	-1,80%
São Paulo	175,5	166,0	-5,40%
Sudeste	186,0	179,7	-3,40%
Paraná	142,3	137,8	-3,20%
Rio Grande do Sul	158,2	147,7	-6,70%
Santa Catarina	153,2	149,8	-2,20%
Sul	150,7	144,2	-4,30%
Distrito Federal	174,7	150,5	-13,80%
Goiás	143,6	136,8	-4,70%
Mato Grosso	163,5	167,4	2,40%
Mato Grosso do Sul	155,4	153,5	-1,30%
Centro-Oeste	156,1	148,5	-4,80%
Brasil	160,8	154,1	-4,10%

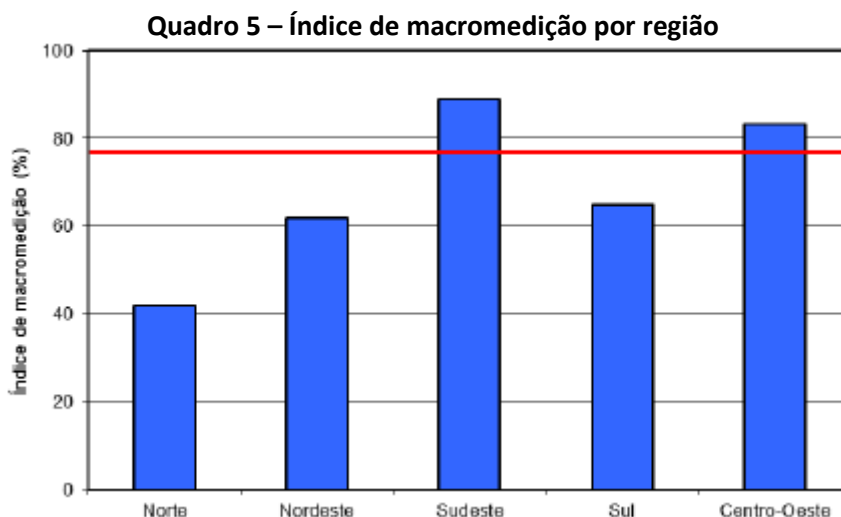
Fonte: SNIS(2016)

- O maior consumo de água no ano de 2016 foi no estado do Rio de Janeiro, 252,8 litros por habitante por dia, um volume 57,5% maior do que a média nacional. Os Estados com o menor consumo médio

de água foram Pernambuco (104,0 l/hab/dia) e Alagoas (99,7 l/hab/dia). Ambos os Estados possuem um consumo médio inferior à recomendação mínima da Organização das Nações Unidas, de 110 litros per capita para as necessidades domésticas básicas.

UM QUARTO DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NÃO É MEDIDA NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO

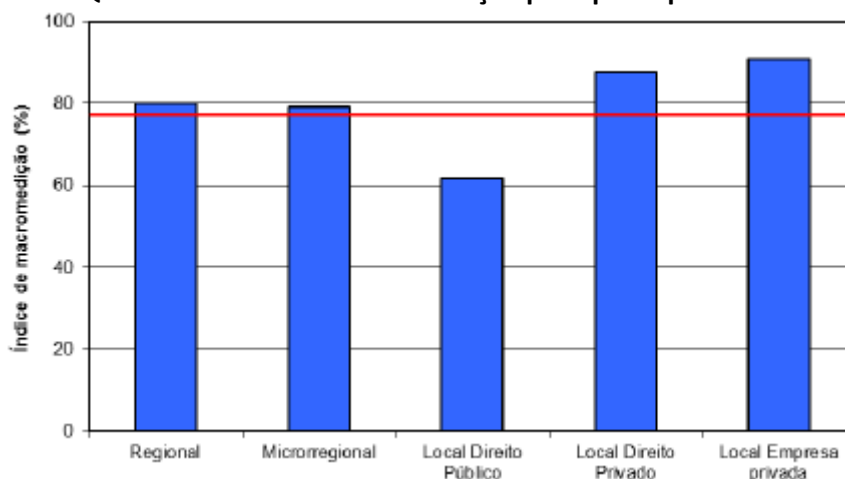
- Na última semana o Ministério das Cidades publicou o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, com base nos dados publicados no SNIS para o ano de 2016.
- Chama a atenção o índice de macromedição (IN011), que aponta o volume de água disponibilizada nos sistemas públicos, que é medida nas estações de tratamento. No Brasil, 76,6% da água distribuída por prestadores passa por medição, ou seja, praticamente um quarto do volume disponibilizado sequer é medido, dificultando a gestão dos serviços e prejudicando o controle das perdas de água.
- O índice de macromedição é mais alto na região Sudeste, onde 88,8% do volume é medido. Na sequência, vêm as regiões Centro-Oeste (83,3%), Sul (64,9%), Nordeste (61,8%) e Norte (41,9%).



Fonte: SNIS (2016)

- Além da diferença regional, existe uma diferença no índice de macromedição de acordo com a natureza dos prestadores. Os prestadores regionais, empresas estaduais de saneamento que atendem cerca de 70% da população, possuem índice de medição de 80%, enquanto os prestadores públicos locais medem 61,6% da água distribuída. Companhias privadas têm um índice de medição de 90,8%, devido à regulação mais estrita à qual estas companhias são submetidas.
- Os prestadores microrregionais e locais de direito privado, que possuem uma amostra restrita de 12 e 20 municípios, possuem índices de macromedição de 79,3% e 87,6%, respectivamente.

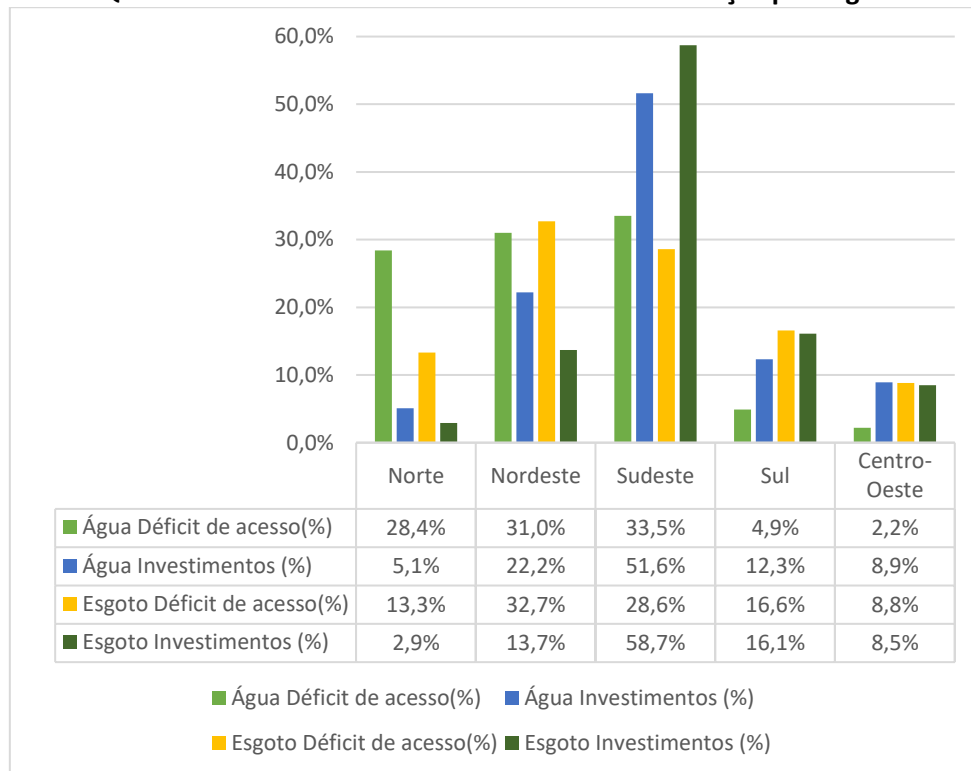
Quadro 6 – Índice de macromedição por tipo de prestador



DIVERGÊNCIA NO NÍVEL DE INVESTIMENTOS PROLONGA DESIGUALDADE REGIONAL

- O Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto publicado pelo Ministério das Cidades apontou a participação de cada região, tanto no déficit total de acesso aos serviços de água e esgoto quanto no investimento total realizado.
- O diagnóstico demonstrou que as regiões com melhores índices de cobertura dos serviços, Sudeste e Centro-Oeste, foram as únicas cuja participação nos investimentos foi superior à participação no déficit de acesso, ou seja, investiram proporcionalmente mais do que a média.
- A região Norte possui 28,4% das pessoas que não recebem distribuição pública de água, mas investiu apenas 5,1% do total nos serviços. Ao mesmo tempo, com 13,3% das pessoas que não têm seu esgoto coletado e tratado contribuíram apenas com 2,9% dos investimentos em sistemas de esgotamento sanitário.
- A região Nordeste, que possui 31% dos brasileiros sem abastecimento de água, foi responsável por 22,2% dos investimentos no setor. Com 31,7% das pessoas que não possuem serviços de esgotamento sanitário, o investimento da região correspondeu a uma fatia de 13,7% do total em esgoto.
- A divergência de investimentos mostra uma tendência de acentuar as desigualdades regionais nos serviços de saneamento, uma vez que as regiões com menos nível de serviço apresentam também menor investimento. A situação se demonstra ainda mais grave quanto é considerado que o nível de investimento total no setor está aquém do necessário para cumprir as metas do Plansab de universalizar os serviços até 2033. Segundo estimativas da GO Associados, no atual nível de investimentos, a universalização dos serviços seria alcançada apenas em 2054.

Quadro 7 – Investimentos X Déficit de acesso a serviços por região



Fonte: SNIS (2016)

ARRECAÇÃO DAS EMPRESAS DE SANEAMENTO AUMENTA

- A arrecadação total das companhias de saneamento no Brasil foi de R\$ 51 bilhões, um aumento de 16,1% em relação à obtida em 2015. A receita operacional total dos prestadores foi de R\$ 55,2 bilhões, o que representa um índice de evasão de receitas de 7,7%.
- As despesas de exploração no ano foram de R\$ 37,2 bilhões, um aumento de 13,1% em relação ao ano de 2015. Com o aumento da arrecadação superior ao aumento nas despesas, o Índice de Suficiência de Caixa, que compara arrecadação e despesas, melhorou em 2,8 pontos percentuais, atingindo 110,0%.

Quadro 8 – Prestadores de serviço de saneamento: Dados financeiros

Abrangência	Receita operacional total	Arrecadação total	Despesa total com serviços	Despesa de exploração	Índice de suficiência de caixa
	(FN005)	(FN006)	(FN017)	(FN015)	(IN101)
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	(%)
Regional	R\$ 41.667	R\$ 38.266	R\$ 37.353	R\$ 27.463	109,4%
Microrregional	R\$ 396	R\$ 365	R\$ 315	R\$ 242	123,3%
Local	R\$ 13.135	R\$ 12.343	R\$ 11.391	R\$ 9.500	111,7%
Brasil	R\$ 55.197	R\$ 50.974	R\$ 49.059	R\$ 37.206	110,0%

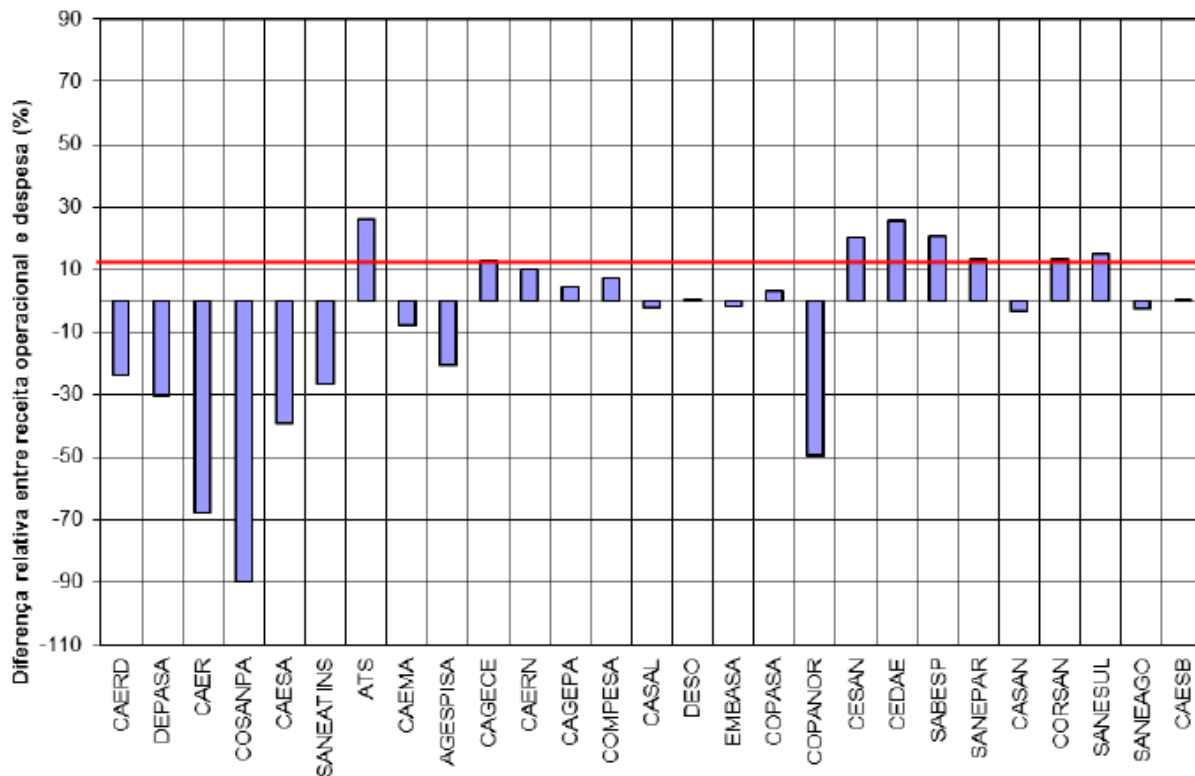
Fonte: SNIS (2016)

- Dentre os prestadores de serviço regional, responsáveis pelo atendimento de 70% da população, 14 apresentam receita operacional superior às despesas totais com o serviço, enquanto 13 não são

capazes nem de cobrir suas despesas de exploração com a arrecadação, possuindo um índice de suficiência de caixa menor do que 100%.

- Dentre os prestadores locais de serviço, 575 (35,8%) apresentam receita operacional total superior à despesa total com o serviço, enquanto cerca de dois terços têm despesas superiores às receitas.

Quadro 9 – Relação entre receita operacional total e despesa total com o serviço para companhias estaduais



Fonte: SNIS (2016)

EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA QUEREM TAXA DE LIXO E AGÊNCIA REGULADORA PARA DAR ESTABILIDADE AO SETOR

Mauro Arbex

Editor do Relatório Executivo e do RE Saneamento

Criação de uma taxa de lixo que cobriria parte dos serviços de limpeza urbana e de uma agência reguladora das atividades, a exemplo do que existem em outros setores. Estas são algumas das reivindicações do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana do Estado de São Paulo (Selur), que reúne 34 associadas, as maiores de um total de 126 e cujo setor emprega mais de 350 mil pessoas, entre coletores, motoristas e varredores.



“Entendemos que há necessidade de uma agência que regule as nossas atividades. Está em curso o marco legal do saneamento. Nessa agência, poderia ter uma diretoria para água e esgoto, outra para resíduos e uma para águas pluviais. Precisamos dessa agência para ter o mínimo de estabilidade no ambiente regulatório”, afirma Márcio Matheus, presidente executivo do Selur e também do Selurb, sindicato nacional do setor.

A inadimplência das prefeituras, embora tenha diminuído neste início de ano com a recuperação econômica, chegou a bater 40% em média em 2016, caiu para 27% no ano passado e agora está, conforme números preliminares, em cerca de 16%. Dos R\$ 27 bilhões anuais de negócios, os municípios deixaram de pagar mais de R\$ 11 bilhões no pior momento. A média histórica é de 10 a 15%. “Há vinculações de receita dos municípios com saúde, educação, folha de funcionários e previdenciária. O restante que sobra ainda é disputado pelo transporte público, zeladoria e limpeza pública, entre outros”, diz. A limpeza urbana é um serviço essencial. Mesmo sem receber, principalmente de médias e pequenas cidades, o trabalho tem de ser mantido.

A seguir, a íntegra da entrevista exclusiva ao **Relatório Executivo Saneamento**.

Relatório Executivo - Qual a situação das empresas do setor hoje? A inadimplência das prefeituras ainda é alta?

Márcio Matheus - Estávamos com uma taxa média de inadimplência de 40% em 2016. No final de 2017, houve uma melhora, para 27%. E agora, com a reação da economia, no Estado de São Paulo, por exemplo, conforme dados preliminares, caiu para 16%. Esse é um dos principais problemas do setor e se agravou com a crise. Sempre tivemos um nível histórico da ordem de 10 a 15%. Por causa da pressão da disputa do serviço com o orçamento municipal. Há vinculações de receita dos municípios com saúde, educação, folha de funcionários e previdenciária. O restante que sobra ainda é disputado pelo transporte público, zeladoria e limpeza pública, entre outros.

RE - As prefeituras podem legalmente deixar de pagar e assim mesmo as empresas têm de prestar o serviço?

MM - O que acontece é que a atividade é essencial. As grandes capitais têm volume, escala e o serviço cabe no orçamento. É o caso de São Paulo, que paga normalmente. Hoje, os dois contratos de São Paulo, de varrição e concessão, estão em torno de R\$ 2,2 bilhões por ano. Nas cidades médias e menores, há o problema de inadimplência. A solução desses municípios é contratar em conjunto, para minimizar os custos. E isso já está sendo feito em várias regiões, com no Sul do país.

RE - Quais são as cidades onde a inadimplência é maior?

MM - Por exemplo, no litoral de São Paulo. Hoje, temos uma empresa que atua na Baixada Santista e que sofre um nível de inadimplência alto.

RE - Qual a solução para esse quadro de dificuldades?

MM - Os municípios brasileiros têm muitas obrigações e poucas receitas. Eles vivem hoje de impostos. Tivemos um quadro de retração econômica, o que diminuiu as transferências federais e estaduais para os municípios, caiu a arrecadação dos impostos. E as despesas subiram. Parte dos serviços poderia ser paga hoje com uma taxa de lixo. A outra, de varrição, não dá para pagar dessa forma. Uma parte já aliviaria muito o caixa dos municípios.

RE - As empresas tiveram de demitir em função da crise e inadimplência?

MM - No ano passado, chegamos a perder 15 mil postos de trabalho. Várias empresas pararam e muitas entregaram seus contratos. Este ano, a situação deve melhorar com a recuperação econômica. Ocorreram alguns artifícios também, na Lei de Improbidade Administrativa. O município passa a despesa para o exercício posterior e não aparece na contabilidade pública. A taxa seria uma arrecadação que entra no caixa, sendo vinculada a uma destinação específica. Dos 5.547 municípios do país, apenas 12 hoje têm taxa de lixo que cobre integralmente os custos dos serviços. Os outros que têm a taxa, a cobertura é apenas parcial. A lógica da Política Nacional de Resíduos Sólidos é do gerador pagador. Quem gera, paga proporcionalmente ao que paga. As empresas já pagam; o domiciliar, não. Seria necessário também criar aterros regionais. Hoje, temos 879 aterros e 3 mil lixões.

RE - Além da inadimplência, quais são hoje as principais reivindicações do setor?

MM - Entendemos que precisamos ter uma agência que regule essas atividades. Está em curso o marco legal do saneamento. Nessa agência, poderia ter uma diretoria para água e esgoto, outra para resíduos e uma para águas pluviais. Precisamos para ter o mínimo de estabilidade no ambiente regulatório. Outra questão também importante. Foi criada recentemente uma holding da Sabesp, que incorporou no leque de serviços dela resíduos sólidos urbanos. Ou seja, enquanto o resíduo era problema e não se podia cobrar, não interessava. Agora, a Sabesp quer receita para isso, porque já há um consenso político que, sem uma sustentação econômico e financeira que cubra os custos dos serviços, o sistema não se mantém. Uma de nossas grandes bandeiras é que, na área de saneamento, as empresas de economia mista, como a Sabesp, disputem o mercado em condições de igualdade.

MECANISMO DE REVISÃO DE MERCADO É RETIRADO DA REVISÃO DA SABESP

- A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps) publicou no último dia 07/03/2018 comunicado informando que o mecanismo de revisão de mercado em relação ao consumo médio foi retirado da pauta da Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp.
- Até o próximo dia 22/03/2018, a agência publicará a nota técnica com o cálculo do preço de equilíbrio P0 final para consulta pública.

Quadro 10 – Cronograma da etapa final da 2ª revisão tarifária da Sabesp

Deliberação ARSESP nº 780 - Cronograma da Etapa Final da 2ª Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp		
Etapa	Descrição	Período
1	Publicação da nota técnica com a proposta de metodologia	16/01/2018
2	Consulta Pública e Audiência Pública da proposta de metodologia	17/01 a 05/02/2018
3	Solicitação dos dados complementares do Plano de Negócios da Sabesp	Até 31/01/2018
4	Envio dos dados complementares do Plano de Negócios pela Sabesp	Até 19/02/2018
5	Publicação do relatório circunstanciado e nota técnica final da metodologia	Até 27/02/2018
6	Análise dos dados da Sabesp e elaboração da nota técnica preliminar de cálculo do P0 final	Até 22/03/2018
7	Consulta Pública e Audiência Pública da proposta de P0 final	23/03 a 13/04/2018
8	Análise das contribuições recebidas e publicação do relatório circunstanciado sobre a proposta de P0 final	Até 09/05/2018
9	Publicação dos resultados finais da 2ªRTO: Nota Técnica Final e Deliberação com a tabela de tarifas	Até 10/05/2018

AGENDA BIANUAL DA ÁGUA

Próximos Eventos

18 a 23 de
Março

VIII Fórum Mundial da Água

- Brasília sediará a próxima edição do mais importante evento global sobre água. O tema escolhido para a edição é "Compartilhando Água".



Brasília - DF

Eventos Futuros

2018

27 a 31 de Mar	48º Congresso Nacional da Assemae	Fortaleza - CE
10 a 12 de Abr	VIII Fiema Brasil	Bento Gonçalves - RS
15 a 17 de Abr	Global Water Summit 2018	Paris (França)
25 de Abr	Seminário Internacional Aladyr De Reúso Y Desalinización De Agua	Fortaleza - CE
14 a 18 de Mai	IFAT 2018 – Feira Internacional para Gestão da Água, Esgoto, Lixo e Resíduos.	Munique (Alemanha)
8 de jun	II Fórum Exame PPPs e Concessões 2018	São Paulo - SP
11 a 14 de Jun	AWWA Annual Conference and Exposition (ACE 18)	Las Vegas (USA)
13 a 16 de jun	AIDIS: III Congresso Interamericano de Saneamento e Água Potável Rural	Cidade da Guatemala
18 a 20 de jun	XIV Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (SILUBESA)	Foz do Iguaçu - PR
8 a 12 de Jul	Singapore International Water Week	Singapura
26 a 31 de Ago	SIWI World Water Week	Stocolmo (Suécia)
16 a 21 de Set	IWA World Water Congress & Exhibition	Tóquio (Japão)
18 a 20 de Set	Fenasan 2018	São Paulo - SP
29 de Set a 03 de Out	WEFTEC 2018	Nova Orleans (EUA)
26 a 28 de Nov	Rio Water Week 2018	Rio de Janeiro (RJ)

LINKS DE INTERESSE

- "ARSESP DIVULGA RELATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES E NT DA METODOLOGIA DA 2ª REVISÃO TARIFÁRIA DA SABESP", Arsesp, 02/03/2018 - <http://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/noticia-resumo.aspx?Identificacao=CP012018NOTA-TECNICA>
- "Conta de água em SP terá reajuste se houver queda brusca de consumo", UOL Notícias, 03/03/2018 - <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/03/03/sao-paulo-cria-novo-gatilho-para-reajustar-conta-de-agua.htm>
- "Marco de saneamento pode seguir para o Congresso nas próximas semanas", IstoÉ, 27/02/2018 - <https://istoe.com.br/marco-de-saneamento-pode-seguir-para-o-congresso-nas-proximas-semanas/>
- "GOVERNO PLANEJA LIBERAR OBRA DE SANEAMENTO SEM LICENÇA", Abcon/Sindicon, 01/03/2018 - <http://abconsindcon.com.br/noticias/governo-planeja-liberar-obra-de-saneamento-sem-licenca/>
- "Sabesp critica possível fim da renovação automática de contratos", Valor Econômico, 27/02/2018 - <http://www.valor.com.br/empresas/5350235/sabesp-critica-possivel-fim-da-renovacao-automatica-de-contratos>
- "Governo de Sergipe cancela processo de privatização da Deso", G1, 26/02/2018 - <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/governo-de-sergipe-cancela-processo-de-privatizacao-da-deso.ghtml>
- "Governo de Sergipe assina documento que cancela estudos para a privatização da Deso", Aesbe, 27/02/2018 - <http://www.aesbe.org.br/governo-de-sergipe-assina-documento-que-cancela-estudos-para-a-privatizacao-da-deso/>
- "STF decide que aterros sanitários não podem ocupar área de proteção ambiental", Bem Paraná, 28/02/2018 - <http://www.bemparana.com.br/noticia/555895/stf-decide-que-aterros-sanitarios-nao-podem-ocupar-area-de-protecao-ambiental>
- "FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA: SENADO CRIA SUBCOMISSÃO PARA DISCUTIR O EVENTO", Abcon/Sindcon, 27/02/2018 - <http://abconsindcon.com.br/noticias/forum-mundial-da-agua-senado-cria-subcomissao-para-discutir-o-evento/>

PARCERIAS E CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Modalidade	UF	Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	SP	Ubatuba	Água e esgoto	4. Suspensão	Fevereiro/2017 - Suspensão
Concessão Comum	SP	Mirandópolis	Água e esgoto	4. Suspensão	Fevereiro/2017 - Suspensão
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2018 – Suspensão em 12/01/2018
Concessão Comum	PR	Palmeira	Saneamento e Res. sólidos	4. Suspensão	Fevereiro/2016 – Suspensão
Concessão Comum	PA	Marabá	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2014 - Audiência Pública suspensa
Concessão Comum	SP	Marília	Água e esgoto	4. Suspensão	Novembro/2016 – Processo suspenso pelo Tribunal e Justiça do Estado.
Concessão Comum	SC	Caçador	Água e esgoto	3. Licitação	Agosto/2016 – Três empresas entregaram propostas e foram homologadas.
Concessão Comum	MG	Montes Claros	Água e esgoto	4. Suspensão	Dezembro/2015 - Licitação suspensa pelo TCEMG (ausência de planejamento básico)
Concessão Comum	ES	São Mateus	Água e esgoto	4. Suspensão	Junho/2016 – Licitação suspensa pela justiça, em fase de defesa.
Concessão Comum	SP	Artur Nogueira	Água e esgoto	4. Suspensão	Junho/2016 – Suspensão
Concessão Comum	SC	Bombinhas	Água e esgoto	4. Suspensão	Março/2016 – Suspensão
Concessão	MG	Ubá	Água e esgoto	3. Licitação	Julho/2016 – Propostas entregues. Licitação suspensa sem habilitação dos licitantes.
Concessão	SP	Serrana	Água e Esgoto	3. Licitação	Setembro/2016 – Republicação do edital após suspensão pelo TCE. Novo prazo para apresentar propostas: 07/11/2016
Concessão Comum	MT	Porto Alegre do Norte	Água e esgoto	3. Licitação	Setembro/2015 - Determinado prazo para submissão de propostas
Concessão Comum	SP	Conchal	Água e esgoto	3. Licitação	Março/2016 – Audiência pública realizada
PPP	BA	Feira de Santana	Água	2. Projeto	Janeiro/2016 - Governador já anunciou que pretende fazer uma PPP para abastecimento de água na cidade
Concessão Comum	ES	Lagarto	Água e esgoto	2. Projeto	Dezembro/2015 - Câmara aprovou o PL para concessão do Saneamento
Concessão Comum	BA	Itabuna	Água e esgoto	2. Projeto	Junho/2016 – Prefeito apresentou o projeto na cidade
PPP	GO	Goiás	Esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2014 - Saneago anuncia PMI para projeto de esgoto em 10 municípios do Entorno do Distrito Federal
Concessão Comum	SP	Mogi Mirim	Água e Esgoto	2. Projeto	Março/2016 – Audiência pública realizada
Concessão Comum	SC	Corupá	Água e esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2016 - Audiência pública realizada
Concessão Comum	PE	Petrolina	Águas e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2018 – 3 empresas cadastradas na PMI

A definir	SP	Guarujá	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2017 – PMI publicado pela prefeitura
PPP	ES	Cariacica e Viana	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
PPP	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
A definir	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
PPP	MG	Caxambu	Água e esgoto	1. Estudos	Mai/2016 - Aviso de PMI
PPP	RJ	Mangaratiba	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 – Prazo para PMI adiado para 20/07/2016
PPP	RO	Porto Velho	Esgoto	1. Estudos	Mai/2016 - Aviso de PMI; Prazo para inscrição: 30/05
PPP	PA	Canaã de Carajás	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2015 - Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse
Concessão ou PPP	RJ	Rio de Janeiro	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 - Estruturadora Brasileira de projetos está avaliando dois projetos, incluindo 16 municípios na Baixada Fluminense e 6 municípios no Leste Fluminense
Concessão Comum	SC	Navegantes	Água e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2015 – Prefeitura anuncia que realizará concessão de água e esgoto
Concessão ou PPP	RJ	Natividade	Esgoto	1. Estudos	Agosto/2016 – Prefeitura anuncia PMI para estudo de viabilidade da concessão ou PPP para esgotamento sanitário.
Concessão	SP	Iracemápolis	Água e Esgoto	1. Estudos	Junho/2016 – Prefeitura anunciou estudos para concessão dos serviços de água e esgoto.

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar.

Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes.

EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

Conselho Editorial



Álvaro José da Costa
Ex-presidente da Casal
Engenheiro Civil



Gesner Oliveira
Ex-presidente da Sabesp
Economista



Fernando Marcato
Ex-Secretário Executivo de Novos
Negócios da Sabesp. Advogado



Marcio Saba Abud
Ex-diretor da Sabesp
Economista



Carlos Alberto Rosito
Vice-presidente da ABES
Engenheiro Civil



Artur Ferreira
Associado especializado em Saneamento
Administrador de Empresas

Editores



Pedro Scazufca
Ex-assessor da Presidência da Sabesp
Economista



Mauro Arbex
Editor do Relatório Executivo
Jornalista e Sócio da Letras &
Fatos